



Prefeitura de
Brumadinho
Administração 2025/2028

LICENÇA AMBIENTAL DE EDIFICAÇÃO (LAE) COM SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO

PARECER TÉCNICO			
PROCESSOº: 174/2024		Situação: (X) Deferimento () Indeferimento	
REQUERENTE: Marcelo de Barros Coelho		CPF/CNPJ: 808.601.506-82	
IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL			
LOTE: 30	QUADRA: 14	Inscrição municipal do imóvel: 1.33.014.0030.0000	ZONEAMENTO: ZAR 2B – Zona de Adensamento Restrito
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
Área Total m²: 2.000m²			
Endereço: Alameda Catuçaba, Condomínio Aldeia da Cachoeira das Pedras, Casa Branca, Brumadinho-MG			
Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 23.052			
Livro: 2		Folha: 01	Comarca: Brumadinho
Coordenada Plana (GMS)	S: 20° 06' 19"		Datum: SIRGAS 2000
	W: 44° 02' 03"		
CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
Bacia hidrográfica: São Francisco			
O imóvel se localiza em Unidade de conservação: () não se localiza (x) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no parecer).			
No imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: () raras, () endêmicas, () ameaçadas de extinção			
No imóvel foi observada a ocorrência de espécies da flora: () raras, () endêmicas, () ameaçadas de extinção, () imunes de corte, (X) nativas, () exóticas.			
USO DO SOLO DO IMÓVEL			Área (ha)
Área remanescente			203,47m²
Área de servidão			1194,10m²
Área antropizada			8,33m²
Área de intervenção			594,10m²
Total			2.000m²
ATIVIDADE PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO		DN COPAM 213/17	DN COPAM 217/17
SIM – Portaria SEMA n.º 09/2021		NÃO	NÃO
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO:	PORTE	CRITÉRIO LOCACIONAL
E-05-07- 8	Edificação unifamiliar com Terraplanagem: <50m² Supressão Vegetação: Fragmento Florestal; APP: Ø	Médio	Não se aplica
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DOS PROJETOS:		REGISTRO PROFISSIONAL	
Mariana Ferreira Diniz		CRBio 087101/04/D	
Breno Josue Camilo Ribeiro		RNP 08915079655	
Clarissa Maria Valgas e Bastos Zolini		CAU-MG A30413-1	
Gustavo Pimenta de Pádua Zolini		CAU-MG A25821-0	



1. Histórico

- Data da formalização: 08 de fevereiro de 2024;
- Data da vistoria: 13 de fevereiro de 2025;
- Data emissão parecer: 26 de fevereiro de 2025.

2. Introdução

O objetivo desse processo é a Licença Ambiental de Edificação para a construção de residência unifamiliar com supressão de vegetação de mata atlântica em estágio sucessional médio, em lote urbano.

3. Caracterização da propriedade

O loteamento está inserido dentro do perímetro urbano, devidamente aprovado pelo Município sob o decreto municipal n.º 10/1981. Sendo que no novo plano diretor n.º 128/2023 o lote está inserido em zoneamento **ZAR-2B (Zona de Adensamento Restrito)**.

4. Do porte da construção civil

O projeto arquitetônico da construção prevê uma edificação de porte médio em uma área de intervenção correspondente à **594,10 m²** (quinhentos e noventa e quatro metros quadrados e dez centímetros quadrados) sob responsabilidade técnica de Clarissa Maria Valgas e Bastos Zolini (CAU-MG A 30413-1) e Gustavo Pimenta de Pádua Zolini (CAU n.º A 25821-0).

5. Abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e resíduos domésticos

O abastecimento de água será por meio do próprio condomínio e o esgotamento sanitário e tratamento será através de fossa séptica.

Os resíduos domiciliares a serem gerados na futura residência do empreendimento imobiliário serão levados pelos proprietários para a área de coleta mais próxima, no caso do supracitado condomínio a mesma se encontra na portaria, sendo a Secretaria de Obras e Serviços



Públicos, por meio do Departamento de Limpeza Urbana responsável por encaminhar os resíduos para destinação adequada.

6. Característica da vegetação

Em vistoria constatamos que o lote é predominante de estágio sucessional médio característica do Bioma Mata Atlântica de acordo com a Resolução CONAMA nº 392, de 25 de Junho de 2007.

Em consulta à plataforma IDE-SISEMA, o lote está inserido também na reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, na unidade de conservação de uso sustentável APASUL RMBH, e em zona de amortecimento do Parque da Serra do Rola Moça.

7. Área de Preservação Permanente – APP

Em consulta a plataforma do IDE-SISEMA o lote está inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Conforme a planta apresentada e a declaração (pág.60), é possível identificar que a construção não está dentro da Área de Preservação Permanente.

8. Supressão de vegetação

Para a implementação do projeto será necessária a intervenção em uma área de **594,10 m²**, sendo necessária a supressão de 21 indivíduos arbóreos, sendo todos esses nativos, já a área de intervenção impermeável e de **383,44m²** como apresentado na tabela a seguir:

Áreas		
Área total de intervenção (impermeável) (m²)	383,44m²	
Nº de árvores suprimidas		
Nativas	Exóticas	Com restrição
21	-	-



9. Fauna

9.1. Apifauna

A proteção a apifauna é garantida por lei em nosso município, de acordo com Art. 5º e 6º da Lei Municipal nº 2.355 de 2017:

Art. 5º - As abelhas silvestres nativas de ocorrência natural dentro dos limites do Município, ficam protegidas por esta Lei, sendo vedada a destruição de seus ninhos.

Art. 6º - Todo empreendimento ou atividade que envolva supressão ou poda de árvores, alteração no uso do solo ou demolições deverá analisar, previamente, a existência ou não de ninhos.

Após a vistoria técnica realizada em 13/02/2025 não foi observada presença de Apifauna na área, no entanto quando estiver ocorrendo a supressão deve ser avaliada árvore por árvore a fim de garantir a inexistência. Caso seja constatada a presença de abelhas nativas deve-se contatar a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, se for constatada a presença de abelhas exóticas deve-se entrar em contato com a Defesa civil por meio do contato (31) 99877-1263.

10. Compensação ambiental

Áreas	
Área de preservação obrigatória 30% (art.31, inciso I da Lei Federal 11.428/2006).	600m ²
Compensação 2 por 1. (art.48 e art.49, inciso I do Decreto Estadual 47.749/2019)	1.188,2m ²
Nº de árvores para compensação	
Compensação arbórea 5 por 1. (art.16, inciso II da Instrução Normativa SEMA 01/2021)	105

Serão preservadas 30% de área com vegetação nativa, em cumprimento do §1º Art. 31 da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 que cita:

§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

Para a compensação ambiental, foi aplicado conforme o art.48 e art.49, inciso I do Decreto



Estadual 47.749/2019:

Art. 48 – A área de compensação será na proporção de duas vezes a área suprimida, na forma do art. 49, e obrigatoriamente localizada no Estado.

Parágrafo único – As disjunções de Mata Atlântica localizadas em outros biomas, conforme Mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também podem integrar proposta de compensação ambiental, desde que obedecidos os critérios de compensação.

Art. 49 – Para fins de cumprimento do disposto no art. 17 e no inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, o empreendedor deverá, respeitada a proporção estabelecida no art. 48, optar, isolada ou conjuntamente, por:

I – destinar área, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica de rio federal, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica e, nos casos

previstos nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo município ou região metropolitana, em ambos os casos inserida nos limites geográficos do Bioma Mata Atlântica;

Nesse caso, será suprimido **594,1m²**, e será compensado **1.188,20m²**, a compensação será executada no próprio terreno, sendo a metade dessa compensação executada nos 30% de preservação conforme foi informado na documentação apresentada (pag. 86 e 191).

A compensação se dará conforme o Art. 17 da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006:

Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

A compensação dos indivíduos arbóreos nativos, a serem suprimidos sem restrição será 21 indivíduos, totalizando a reposição de 105 mudas, seguindo preceito 5 por 1 do art.16, inciso II da Instrução Normativa SEMA 01/2021:

Art. 16 – A compensação ambiental por supressão de árvores em imóveis particulares levará em consideração a espécie, o porte, a localização e o especial valor ambiental e/ou cultural das árvores a serem suprimidas.

Parágrafo Único: A mensuração da compensação será feita com base nos seguintes critérios, independentemente do número de fustes que cada indivíduo arbóreo possuir:

I – Em se tratando de árvore exótica, deverão ser repostas pelo menos 03 (três) mudas por árvores suprimidas;



II – Em se tratando de árvore nativa, deverão ser repostas pelo menos 05 (cinco) mudas por árvore suprimidas;

III – Em se tratando de árvores imunes de cortes, ou protegidas, ouvido o Conselho Municipal de Meio Ambiente, deverão ser repostas pelo menos 08 (oito) mudas por árvore suprimida.

O material lenhoso resultante da supressão, será armazenado no próprio lote, fora da área de preservação para futura utilização nas ações que envolvem a execução (pag. 77).

O requerente optou pela compensação dentro do próprio imóvel (pag.102), conforme a DN CODEMA nº04 de 08 de julho de 2022:

Art. 33 – Ressalvada a obrigação de preservação e compensação previsto nos artigos anteriores, caberá ao empreendedor cumulativamente, cumprir o dever de compensação de que trata o art. 73 do Decreto nº 47.749, de 2019 por meio do plantio de mudas das espécies suprimidas:

II – No caso das demais espécies, na forma da Instrução Normativa nº 01/2021.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de inexistência de alternativa locacional em relação a plantio das mudas, na área objeto da intervenção, ou na área destinada a compensação, a medida poderá ser convertida em doação de mudas destinadas ao acervo do Horto Florestal Municipal.

Parágrafo Segundo: O requerente poderá apresentar nota fiscal de compra como carta de crédito de

mudas, em acordo firmado com os viveiros de mudas comerciais, envolvendo inclusive o transporte das mudas até o Viveiro Municipal.

11. Terraplanagem, drenagem e movimentos de terra

Haverá movimentação de terra apenas dentro da área do empreendimento, sendo que esses volumes não irão ultrapassar de **50m³**, conforme declaração apresentada (pág.67) .

Todos os volumes retirados nos cortes serão utilizados na área de aterro necessária no terreno, desta forma não haverá necessidade de utilização de áreas de empréstimo ou bota fora. Conforme o termo de referência SEMA Nº.01- MT/2021:

1. O requerimento que envolver movimentos de terra cujo porte for inferior a 50 m³ (cinquenta metros cúbicos) e cujo potencial poluidor for baixo, será dispensado da apresentação de RAS-MT ou PCA-MT, devendo apenas indicar o destino do bota- fora ou a origem do empréstimo de terra.

2. O requerimento que envolver movimentos de terra cujo porte for inferior a 50 m³ (cinquenta metros cúbicos) e cujo potencial poluidor for médio, será dispensado da apresentação de RAS-MT ou PCA-MT, devendo apresentar o estudo específico relativo ao manejo arbóreo.

3. O requerimento que envolver movimentos de terra cujo porte for inferior a 50 m³ (cinquenta metros cúbicos) e cujo potencial poluidor for alto,

será dispensado da apresentação de RAS-MT ou PCA-MT, devendo apresentar o estudo específico relativo ao manejo arbóreo, e estudos técnicos relativos à inexistência de alternativa técnica e locacional à intervenção ou supressão proposta na forma prevista na Resolução CONAMA nº 369/2006.



12. Vistoria técnica e registro fotográfico

A vistoria foi realizada dia 12/02/2025. Seguem os registros fotográficos.

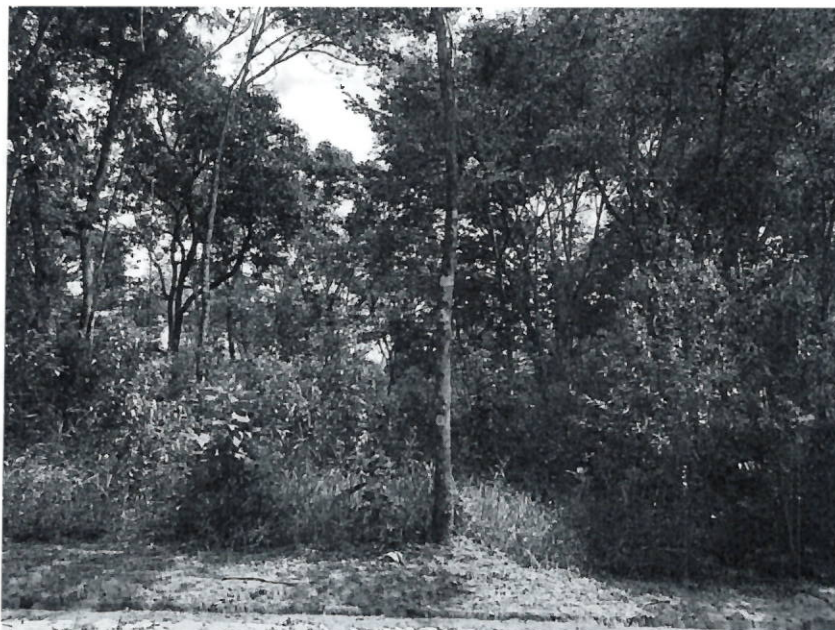


Figura 01: Visão frontal do lote.



Figura 02: Interior do local a ser suprimido.



13. Condicionantes

- a) Contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços de empreitada e execução de obras. A remoção da vegetação não deve ser feita no período noturno e nem com utilização de fogo;
- b) Preservar as áreas de vegetação nativa remanescentes e não efetuar novas intervenções sem as devidas autorizações;
- c) Implantar as construções imediatamente após a intervenção, diminuindo o tempo de exposição do solo, e adotar técnicas e medidas de controle para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos;
- d) Implantar calhas nos telhados e captar a água em caixas para utilização posterior em irrigação de jardins e outras atividades. Nas áreas e vias externas, utilizar pisos que permitam a infiltração das águas. Prazo: Durante a construção da residência;
- e) Adotar técnicas e procedimentos necessários à destinação adequada dos resíduos gerados durante a atividade (Resíduos da construção civil). Prazo: por ocasião da construção da residência.
- f) Não realizar as execuções de terraplanagem durante o período chuvoso.
- g) O requerimento de renovação desta autorização deverá ser formalizado com a antecedência **mínima de 30 (trinta) dias** da data de expiração do prazo de validade, conforme art. 2º da Resolução SEMA 01, de 02 de março de 2020;
- h) Transpor as epífitas caso existentes para árvores similares dentro da área do lote;
- i) Na constatação de ninhos de abelhas nativas no local, deve ser informado à SEMA para realização do manejo antes de realizar a supressão das árvores conforme Lei municipal 2.355/2017. (Prazo: Antes de realizar a intervenção ambiental);
- j) Na constatação de ninhos de aves no local não realizar a supressão da vegetação até que sejam finalizado o período reprodutivo;
- k) Prever soluções de engenharia para terraplanagem garantindo a manutenção dos fluxos e drenagem dentro no lote. (Prazo: Durante a implantação da obra);



Obrigações de comprovação das condicionantes

Nº	Descrição	Prazo
01	Realizar o plantio de 105 mudas nativas do Bioma Mata Atlântica no próprio terreno, e manter os tratos culturais das mesmas durante 5 anos e comunicar a SEMA anualmente o estado das mudas.	Plantio: Até 30 dias antes do vencimento da Licença Ambiental. Tratos culturais: Durante 5 anos, após o plantio.
02	Comunicar à SEMA a efetivação da supressão da vegetação, dar destinação correta no material lenhoso e apresentar a comprovação de destinação.	Até 30 dias após a supressão da vegetação
03	Na constatação de ninhos de abelhas no local, deve ser informado à SEMA para realização do manejo antes de realizar a supressão das árvores conforme Lei municipal 2.355/2017. (Prazo: Antes de realizar a intervenção ambiental);	Informativo
04	Enviar relatório fotográfico comprovando que a área de preservação, localizada no próprio imóvel, se encontra devidamente preservada.	Até 30 dias antes do vencimento da Licença Ambiental.
05	Averbar no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Brumadinho o disposto no art.31, inciso I da Lei Federal 11.428/2006, a área de 600m².	Antes da Emissão da Licença.
06	Averbar na CRI de Brumadinho disposto no art.17 da Lei Federal 11.428/2006 c/c art.48 e art.49, inciso I do Decreto Estadual 47.749/2019. (em área de 1188,20m²)	Antes da Emissão da Licença.



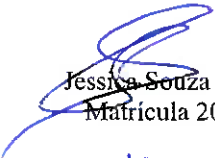



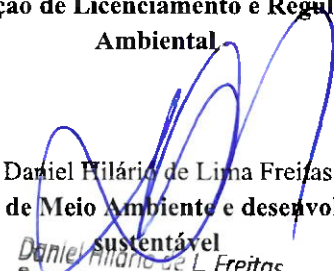
13 - Conclusão:

Considerando as condições verificadas no local vistoriado, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável manifesta pelo **deferimento** da concessão da Licença Ambiental de Edificações – LAE relativo à construção civil de moradia unifamiliar com supressão de 21 árvores nativas, em uma área de **intervenção 594,10 m²**.

Vale ressaltar que o Secretaria Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável (SEMA) de Brumadinho, bem como os analistas ambientais do presente processo não possuem responsabilidade técnica sobre os projetos dos sistemas de controle ambiental e programas ambientais aprovados para a implantação do empreendimento, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/o gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

Ressalta-se que a licença ambiental não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis como o alvará de construção dentre outras.

É obrigatória a permanência desta autorização no local de intervenção, assinada pelos técnicos analistas.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável SEMA Brumadinho	
Data de emissão: 26/02/2025	Data de validade: 26/02/2026
<p>Técnicos analistas:</p> <p> Jessica Souza Matos Matrícula 20653</p> <p> Paloma Júlia de Paula Luis Matrícula 20265</p> <p> Thays Soares dos Santos Matrícula 21356</p>	<p> Vinícius Porfírio Parreiras Matrícula 20635 Coordenação de Licenciamento e Regularização Ambiental</p> <p> Daniel Hilário de Lima Freitas Secretário de Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável Daniel Hilário de L. Freitas Secretário de Meio Ambiente de Brumadinho-MG</p>